

2015 – ANO DO DESENVOLVIMENTO: DOS ODM AOS ODS

Bettina de Souza Guilherme

A Europa escolheu 2015 para ser o “Ano Europeu do Desenvolvimento”. O Parlamento Europeu convidou a Comissão a apoiar essa ideia que se originou no seio da sociedade civil e que visa sensibilizar a opinião pública para a importância da política do desenvolvimento e da solidariedade global e pôr os trilhos na direção do desenvolvimento sustentável global. A União Europeia tem um papel de liderança mundial nessa área, uma vez que “a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros são os maiores doadores de ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Juntos, em 2013, eles proporcionaram assistência na casa dos € 56,5 bilhões, equivalentes a 52% do total da APD mundial doada durante o ano”¹

Por que, então, o ano de 2015 é de particular relevância para o futuro do desenvolvimento, não só dos países em desenvolvimento, mas para o desenvolvimento global?

Em primeiro lugar, 2015 marca o prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, portanto, requer um balanço dos resultados e a avaliação das políticas e estratégias adotadas.

Em segundo lugar, em 2015 realizar-se-ão várias reuniões de alto nível para formular e adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o prosseguimento dos ODM. Os ODS devem ir muito além dos ODM e ampliar as metas de sustentabilidade macroeconômica, social e ambiental. Mais ainda, eles envolverão não só os países em desenvolvimento, mas todos os países do mundo e todos os indivíduos igualmente. A mudança climática, as crises financeiras e econômicas e o aumento da desigualdade no mundo não deixam

1 The European Union Explained: International Cooperation and Development, European Commission, novembro de 2014, http://europa.eu/pol/index_en.htm <http://europa.eu/!bY34KD>

dúvidas: os ODS devem ser universais e inclusivos, a fim de alcançar uma verdadeira sustentabilidade.

Por último, mas não menos importante, em 2015 a Europa enfrenta o desafio mais forte para a sua política de desenvolvimento, de refugiados e migração: a maior onda de migração e de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. O aumento do número de Estados frágeis e de refugiados e as imagens dramáticas de famílias se afogando, de refugiados sufocando em micro-ônibus ou sendo atropelados por trens exigem que o continente aja de forma rápida e coordenada junto com a comunidade internacional. A onda crescente de imigrantes que preferem arriscar a vida a permanecer em seus países expõe os limites da política de desenvolvimento clássica e da abordagem intergovernamental da política de migração da EU, bem como a necessidade de considerar esses eventos dentro da formulação dos ODS.

BALANÇO DOS ODM

2015 é, de fato, o ano da avaliação da política de desenvolvimento e, em particular, do sucesso dos ODM.

Em 2000, a Cúpula de Desenvolvimento do Milênio assumiu um compromisso pela dignidade, igualdade e equidade humanas e, em particular, “para libertar o mundo da pobreza extrema”, e estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Qual foi a abordagem singular e nova dos ODM, em comparação com a política de desenvolvimento anterior?

A inovação estava não só na criação de oito metas direcionadas para as necessidades mais prementes nos países em desenvolvimento, mas no estabelecimento de um roteiro concreto e verificável para enfrentá-las no prazo de quinze anos. Esses quinze anos se passaram e a hora da verdade chegou.

Quando olhamos para a realização dos ODM, vemos um quadro ambíguo.

Por um lado, sua estratégia foi um sucesso, na medida em que fez profundas diferenças na vida de milhões de pessoas.

“A mobilização global por trás dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio produziu o movimento contra a pobreza mais bem sucedido da história.”²²

Entre as grandes realizações estão:

1. em termos globais, a redução pela metade da pobreza extrema e da fome, da mortalidade infantil e materna e da proporção de pessoas sem acesso a água potável;
2. em termos amplos, a consecução da paridade de gênero na escolarização em todos os níveis e em todas as regiões em desenvolvimento e uma maior participação das mulheres na força de trabalho e nos parlamentos;
3. grandes progressos na luta contra a malária e a tuberculose, juntamente com melhorias em todos os indicadores de saúde.

Por outro lado, ainda há muito a ser alcançado, inclusive o objetivo de acabar com a pobreza mundial, uma vez que cerca de 800 milhões de pessoas ainda vivem em extrema pobreza e com fome.

Além disso, “o progresso foi desigual entre regiões e países, deixando lacunas significativas. Milhões de pessoas estão sendo deixadas para trás, especialmente os mais pobres e desfavorecidos devido ao seu sexo, idade, deficiência, etnia ou localização geográfica. Serão necessários esforços direcionados para chegar às pessoas mais vulneráveis”.³

Pobreza e geografia

Deve-se atribuir o devido crédito ao papel do rápido crescimento econômico dos BRICs (economias emergentes) no cumprimento da meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza. “Em consequência do progresso na China, a taxa de pobreza extrema no Leste Asiático caiu de 61 por cento em 1990 para apenas 4 por cento em 2015. Na Ásia Meridional o progresso é quase tão impressionante – um declínio de 52 por cento para 17 por cento no mesmo período – e sua taxa de redução se acelerou desde 2008.”⁴

A única região que não conseguiu atingir a meta foi a África subsaariana, onde mais de 40 por cento da população ainda vivem em extrema pobreza, e há preocupações em relação à Ásia Ocidental, onde a taxa de pobreza extrema está mesmo em ascensão.

3 The Millennium Development Goal Report 2015, UN, p. 8.

4 Ibid., p. 15.

Ao avaliar as conquistas dos ODM, temos de ter em mente que “a China sozinha foi responsável pela maior parte do declínio da pobreza extrema ao longo das últimas três décadas. Entre 1981 e 2011, 753 milhões de pessoas superaram o limite de US\$1,25 por dia. Durante o mesmo período, o mundo em desenvolvimento como um todo viu a redução da pobreza de 942 milhões de pessoas”.⁵

A redução da pobreza extrema é um sucesso, mas a pobreza em geral é mais persistente

Também não devemos ignorar que a tendência global positiva de erradicação da pobreza extrema foi muito menos pronunciada em limites de pobreza mais elevados. “No total, 2,2 bilhões de pessoas viviam com menos de US\$2 por dia em 2011, o limite médio de pobreza nos países em desenvolvimento e outra medida comum de privação profunda. Trata-se apenas de um ligeiro declínio dos 2,59 bilhões em 1981.”⁶

Persistência global da desigualdade de gênero

O Secretário Geral da ONU Ban Ki Moon prometeu que “ninguém deve ser deixado para trás” nos ODS.⁷ Isso representará um grande desafio, uma vez que, além das disparidades geográficas, as mulheres, que representam metade da população do mundo, ainda estão lutando para serem consideradas e tratadas como “iguais aos homens” e são mais propensas a ficar para trás na pobreza.

É particularmente notável que “na América Latina e no Caribe, a proporção de mulheres para homens em famílias pobres aumentou de 108 mulheres para cada 100 homens em 1997 para 117 mulheres para cada 100 homens em 2012, apesar da redução das taxas de pobreza em toda a região”.⁸

5 Website of the World Bank, Poverty Overview, atualização de 6 de abril de 2015.

6 Ibid.

7 Ban Ki Moon, Secretary-General’s remarks at End Poverty Call to Action Event, Washington, DC, 10 de abril de 2014.

8 Ibid.

Isso significa que a “igualdade de gênero” exige mais e melhores políticas e medidas direcionadas para fazer progressos do que a redução geral da pobreza.

Nesse contexto, a importância dos ODM para a escolarização das meninas e mulheres é inegável. A educação é uma ferramenta importante para alcançar a igualdade de gênero.

No entanto, as mulheres, tanto nos países em desenvolvimento e emergentes como nos industrializados, “continuam a enfrentar discriminação no acesso ao trabalho e aos bens econômicos e na participação na tomada de decisões públicas e privadas”.⁹ Em termos mundiais, apesar da melhoria na educação e formação das mulheres, os mercados de trabalho continuam a discriminar as mulheres: “três quartos dos homens em idade ativa participam da força de trabalho, em comparação com apenas metade das mulheres em idade de trabalhar”.¹⁰ Apenas para comentar, esses números referem-se apenas ao “trabalho remunerado” e não levam em consideração que são principalmente as mulheres que “carregam a sociedade” ao assumir a maior parte do trabalho não remunerado, como os cuidados com crianças, idosos e famílias, o abastecimento e a preparação de alimentos etc.

Ainda que, em geral, a educação seja uma ferramenta importante para alcançar a igualdade de gênero, o fato de as mulheres com educação superior terem maiores taxas de desemprego do que os homens com níveis semelhantes de educação expõe a persistência de estereótipos e a discriminação de gênero na economia e na sociedade em geral.

A conclusão do relatório de 2015 dos ODM de que “hoje o mundo ainda tem muito a percorrer no sentido de uma representação igual de gênero na tomada de decisões privadas e públicas” deve ser visto nesse contexto.¹¹

Instabilidade, conflitos, fragilidade e Estados falidos

Olhando para as manchetes do noticiário diário, não podemos ignorar o quanto somos afetados por eventos que acontecem em outras partes do mundo, em outros continentes. Instabilidade, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos e guerras minam os esforços para atingir os ODM e tam-

9 MDG report 2015, UN, p. 8.

10 Ibid.

11 Ibid.

bém continuarão a ser um importante obstáculo para os ODS. A Europa, em particular, se vê diante da maior onda de migração desde a Segunda Guerra Mundial. O Oriente Médio e a África estão sofrendo destruição, devastação e guerras, em consequência do aumento do número de Estados falidos e frágeis.

Segundo a OCDE, existem atualmente cinquenta Estados que se enquadram nessa categoria que tende a crescer e abrange 43% dos pobres do mundo.¹² Na verdade, são os Estados frágeis que ficam para trás na redução da pobreza:

- dois terços deixaram de cumprir a meta de reduzir pela metade a pobreza extrema;
- somente um quinto cumpriu a meta de reduzir pela metade a mortalidade infantil;
- somente um quarto cumpriu a meta de fornecer acesso à água potável.

O relatório da OCDE de 2015 sobre Estados Frágeis 2015 oferece uma nova ferramenta para avaliá-los, lançando luz sobre a diversidade dos riscos e vulnerabilidades que podem levar a essa situação. O documento descreve cinco categorias de riscos e vulnerabilidades que devem ser levados em conta nos ODS:

1. violência (sociedades pacíficas);
2. acesso à justiça para todos;
3. sociedades eficazes, responsáveis e inclusivas;
4. fundamentos econômicos;
5. capacidade de adaptação a choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

O relatório da OCDE de 2015 sobre Estados Frágeis adverte explicitamente que se esses desafios foram deixados para trás, a fragilidade impedirá o acordo-quadro pós-2015.¹³

As notícias diárias sobre a situação no Oriente Médio, em partes da África e sobre o fluxo de refugiados que preferem arriscar suas vidas em vez de permanecer em seus Estados falidos ou frágeis exigem que os ODS enfrentem esses desafios e proponham medidas e políticas adequadas.

12 Em OECD (2015) States of Fragility, Meeting Post 2015 Ambitions, OECD Publishing, Paris, Executive Summary, p. 13.

13 Ibid.

Na verdade, temos a proposta de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ANDA DE MÃOS DADAS COM A MUDANÇA CLIMÁTICA

Care, WWF, Greenpeace e numerosas ONGs de desenvolvimento e ambientalistas estão alertando que “a mudança climática está se tornando rapidamente a maior ameaça para a luta contra a pobreza global, afetando muitos aspectos do trabalho de desenvolvimento e piorando a desigualdade de gênero existente e outras injustiças. Se os ODS não responderem à realidade de um mundo em aquecimento rápido, eles acabarão por fracassar”.¹⁴

Há uma “via dupla” a seguir: “Não podemos cumprir um desenvolvimento sustentável sem abordar a mudança climática, e não podemos combater as alterações climáticas sem abordar as causas profundas da pobreza, da desigualdade e dos padrões insustentáveis de desenvolvimento”.¹⁵

Essas organizações da sociedade civil exortam a dar “força” para os ODS, enchê-los de substância e demonstrar ambição e compromisso com diretrizes claras para a ação climática, tais como abordagens baseadas em direitos, na equidade de gênero e na participação, com uma cronologia para a sua realização que responda à urgência do problema.

Pobreza extrema em queda, mas desigualdade em ascensão

O cumprimento do primeiro ODM – a redução da proporção de pessoas que vivem na extrema pobreza – cinco anos antes do previsto é, sem dúvida, um grande sucesso.

Porém, se avançarmos para uma avaliação mais ampla da evolução global, deparamo-nos com o fato de que “o fim da pobreza é uma coisa inacaba-

14 The right climate for development: Why the SDGs must act on climate change, Care, WWF, Christian Aid, Greenpeace, Oxfam, setembro de 2014; [http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/the_right_climate_for_development_web_version%20\(1\).pdf](http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/the_right_climate_for_development_web_version%20(1).pdf)

15 Twin Tracks: Developing Sustainably and equitably in a carbon-constrained world, Care&WWF report, julho de 2015.

da”. Com efeito, encontramos aumento da desigualdade global e instabilidade, conflitos e crises humanitárias.

Obama disse que a desigualdade de renda é “o desafio que define nossa época” e “desafia a própria essência de quem somos como povo”.¹⁶ Além do impacto sobre as pessoas, Obama destacou nessa ocasião os efeitos negativos da desigualdade de renda para a economia: “para começar, essas tendências são ruins para a nossa economia Um estudo mostra que o crescimento é mais frágil e as recessões são mais frequentes em países com desigualdade maior”.¹⁷

Na verdade, mais do que um estudo, existe um consenso crescente sobre a correlação entre desigualdade de renda e crescimento. O departamento de pesquisas do FMI conclui que “a desigualdade líquida menor está fortemente correlacionada ao crescimento mais rápido e mais durável, para um determinado nível de redistribuição. [...] Assim, os efeitos diretos e indiretos combinados da redistribuição – inclusive os efeitos de crescimento da menor desigualdade resultante – são, em média, favoráveis ao crescimento”.¹⁸

Thomas Piketty, em seu best-seller mundial *O capital no século XXI*, vai mais longe e alerta para o fato de que a distribuição desigual de riqueza causa instabilidade social e econômica. Piketty propôs a redistribuição mediante um imposto progressivo global sobre a riqueza.

Com efeito, a crise financeira mundial expôs a instabilidade econômica do sistema financeiro e econômico predominante. Em todo o mundo, houve ondas de protesto e movimentos sociais, como o dos Indignados e o Occupy, que se manifestaram contra o resgate do mercado financeiro com o dinheiro dos contribuintes e contra os cortes no estado de bem-estar social, uma forma de redistribuição de renda para o setor de renda mais alta às custas do mais vulneráveis.

Os SDG devem ser “transformadores por abordar essas causas profundas” da pobreza

Ao avaliar o papel e o impacto dos ODM na redução da pobreza, temos de admitir que eles não conseguiram “tratar dos fatores estruturais subjacentes que levam à pobreza e à desigualdade”.

16 Discurso do presidente americano Obama no Centro para o Progresso Americano, 4 de dezembro de 2013.

17 Ibid.

18 IMF Staff Discussion Note, Research Department, Redistribution, Inequality, and Growth, Jonathan D. Ostry, Andrew Berg, Charalambos G. Tsangarides, abril de 2014.

Em consequência, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como prosseguimento dos ODM precisam ser inseridos num quadro que deve ser “transformador por abordar essas causas profundas”¹⁹ e “universal”, uma vez que se aplicarão não somente aos países em desenvolvimento, mas a todos os nossos países, porque compartilhamos um planeta comum e um futuro comum.

Financiamento para o desenvolvimento

Necessita-se também de “força” para vencer o desafio de como financiar os ambiciosos ODS. Sem dinheiro, eles permanecerão como belas resoluções, mas jamais se tornarão realidade. A UNCTAD estima as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento para os ODS em cerca de US\$ 3,9 trilhões por ano; atualmente, faltam US\$ 2,5 trilhões por ano.²⁰

Uma parceria global com “força” é necessária para enfrentar o desafio do financiamento dos ODS mediante a utilização de todas as formas de financiamento:

1. interna,
2. internacional,
3. pública e
4. privada

1. *Mobilização de recursos internos:*

A mobilização de recursos internos ou, em outras palavras, os regimes fiscais eficientes, transparentes e justos são a fonte mais confiável e sustentável para financiar os direitos dos cidadãos aos serviços públicos básicos, como saúde, transporte público e educação, e o principal instrumento de redistribuição eficaz para neutralizar as crescentes desigualdades e para cuidar daqueles que mais precisam.

19 European Parliament resolution of 25 November 2014 on the EU and the global development framework after 2015 (2014/2143(INI)).

20 European Parliament resolution of 19 May 2015 on Financing for Development (2015/2044(INI)), http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2014_en.pdf

Além disso, a mobilização de recursos internos permite uma maior auto-determinação e apropriação.

A boa notícia é que os países em desenvolvimento têm, de fato, margem de manobra a esse respeito, uma vez que “a relação entre tributação e PIB nos países de baixa renda está entre 10% e 20%, enquanto que nas economias da OCDE está na faixa de 30-40%”.²¹

Infelizmente, os países em desenvolvimento tentam muitas vezes atrair investidores mediante a concessão de isenções e trégua fiscal e participando de concorrências internacionais para atrair investidores com dumping fiscal.

O problema em relação aos “hiatos tributários” é que os países de baixa renda “se baseiam mais em impostos sobre o comércio exterior do que em imposto de renda para aumentar as receitas do governo”.²² No entanto, em consequência de uma série de acordos comerciais, há uma constante redução dessas receitas.

Ademais, há uma série de “hiatos tributários” adicionais nos países em desenvolvimento:

A. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

As corporações multinacionais usam a prática de “preços de transferência” para evitar o pagamento de impostos mediante “a manipulação de preços de bens e serviços que são transferidos dentro de uma corporação transnacional (TNC) entre subsidiárias /afiliadas ou entre uma filial e a matriz, principalmente com o objetivo de transferir lucros para jurisdições de baixa tributação”.²³

Preços de transferência e outras práticas têm por objetivo a evasão fiscal, aproveitando a falta de transparência e troca de informações em matéria fiscal em nível mundial, bem como a falta de recursos disponíveis aos governos dos países em desenvolvimento para lutar contra a fuga de capitais e a fraude fiscal. “A Christian Aid (2009) estima que preços de transferência manipulados custam aos países em desenvolvimento US\$ 160 bilhões em receitas perdidas todos os anos.”²⁴

21 European Parliament, Policy Department, Tax Revenue Mobilization in Developing Countries: Issues and Challenges, Bruxelas, 11 de abril de 2014, [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/433849/EXPO-DEVE_ET\(2014\)433849_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/433849/EXPO-DEVE_ET(2014)433849_EN.pdf)

22 Ibid.

23 Ibid.

24 Ibid.

B. FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS

“Em termos mais gerais, a quantia que os países em desenvolvimento perdem através de fluxos financeiros ilícitos é estimada entre €660 e €870 bilhões por ano (Eurodad, 2013). A Global Financial Integrity calcula que o mundo em desenvolvimento perdeu US\$ 946,7 bilhões em saídas ilícitas em 2011, o que representa um aumento de 13,7% em relação ao ano anterior (Kar e LeBlanc, 2013)”²⁵

“A OCDE estima que os países em desenvolvimento perdem cerca de três vezes mais para os paraísos fiscais do que recebem em ajuda externa a cada ano.”²⁶

C. PERDAS DE RECEITAS NO SETOR DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Muitos países em desenvolvimento são ricos em recursos naturais, mas sofrem com a chamada “maldição dos recursos”, no sentido de que países com abundância de recursos naturais, como minérios e petróleo, tendem a ter crescimento econômico menor, mais desigualdade e pobreza, mais corrupção e piores resultados do desenvolvimento do que os países com menos recursos naturais.

Em geral, a questão de como a receita desses recursos, em especial nas indústrias extrativas, é compartilhada entre investidores e governos é crucial para os países em desenvolvimento e, muitas vezes, está sujeita à falta de transparência e à corrupção.

“É, portanto, crucial projetar regimes fiscais e acordos de partilha de renda de uma forma que garanta uma boa quantidade de receita para o país produtor. Eles devem ser ditados por regras e diretrizes transparentes que impeçam a proliferação de acordos ad hoc.”²⁷

25 Ibid.

26 Secretário Geral Angel Gurría da OCDE, em artigo publicado pelo The Guardian em 27 de novembro de 2008 (<http://www.theguardian.com/commentisfree/2008/nov/27/comment-aid-development-tax-havens>). Artigo citado também em 7 de março de 2014 no blog “Africa at LSE” (<http://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2014/03/07/tax-evasion-the-main-cause-of-global-poverty/>) e no relatório da ActionAid (<http://www.actionaid.org.uk/news-and-views/almost-half-of-all-investment-into-developing-countries-goes-through-tax-havens>).

27 European Parliament, Policy Department, Tax Revenue Mobilization in Developing Countries: Issues and Challenges, Bruxelas, 11 de abril de 2014, [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/JOIN/2014/433849/EXPO-DEVE_ET\(2014\)433849_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/JOIN/2014/433849/EXPO-DEVE_ET(2014)433849_EN.pdf)

D. SETOR INFORMAL

Por fim, muitos países em desenvolvimento têm um grande setor informal que normalmente não paga impostos. No entanto, o setor informal também é um obstáculo para promover o trabalho decente e tirar milhões de trabalhadores da pobreza.

2. *Financiamento Internacional Público*

Por ocasião da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, os países comprometeram-se a atingir a meta de 0,7 por cento do rendimento bruto nacional para a assistência oficial ao desenvolvimento, e 0,15 a 0,20 por cento para os países menos desenvolvidos.

PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

Além disso, está previsto um pacote de medidas para os países mais pobres. Os países desenvolvidos comprometem-se a reverter o declínio na ajuda aos países mais pobres e pôr em funcionamento um banco de tecnologia para esse grupo de países até 2017.

A União Europeia, que já é líder mundial na doação de ajuda pública ao desenvolvimento, comprometeu-se a aumentar sua assistência aos países menos desenvolvidos para 0,2 por cento do produto interno bruto até 2030 e adotar ou reforçar regimes de promoção de investimento de países menos desenvolvidos, incluindo apoio financeiro e técnico.

MUDANÇA CLIMÁTICA

A Agenda de Ação de Adis Abeba insta os países desenvolvidos a pôr em prática o compromisso de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, oriundos de uma ampla variedade de fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.

O Parlamento Europeu sugeriu fontes inovadoras de financiamento adicional do desenvolvimento e do clima, entre eles impostos sobre transações financeiras e impostos de carbono sobre a aviação internacional e o transporte marítimo.²⁸

28 European Parliament resolution of 19 May 2015 on Financing for Development (2015/2044(INI)), http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2014_en.pdf.

3. *Governança global e cooperação internacional tributária*

De acordo com a Global Financial Integrity, “a cada ano, cerca de US\$ 1 trilhão sai ilegalmente de economias em desenvolvimento e emergentes em consequência do crime, da corrupção e da evasão fiscal – mais do que a soma de investimento direto externa e ajuda externa que esses países recebem”.²⁹

Por essa razão, uma cooperação internacional para combater os paraísos fiscais, a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos é de importância vital e poderia ajudar a melhorar muito a situação financeira dos países em desenvolvimento.

A OCDE já estabeleceu um Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais para tratar desses temas. Porém, muitas ONGs teriam preferido a criação de um organismo intergovernamental de cooperação fiscal sob os auspícios das Nações Unidas, a fim de incluir os países em desenvolvimento no processo de elaboração e tomada de decisões sobre questões fiscais.

4. *Setor privado e sociedade civil*

O setor privado desempenhará um papel cada vez mais importante nos e para os países em desenvolvimento, e para o cumprimento dos ODS. Para tanto, é essencial o alinhamento do setor privado com as metas de desenvolvimento sustentável, através de parcerias adequadas, instrumentos financeiros, incentivos e Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Deve-se assegurar que o apoio e a cooperação com o setor privado possa e deva contribuir para reduzir a pobreza e a desigualdade e promover os direitos humanos, as normas ambientais e o diálogo social.

Esse apoio deve ter também por objetivo ajudar a ampliar o acesso ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas nos países em desenvolvimento através do Banco Europeu de Investimento, do Banco Mundial e de outros bancos de desenvolvimento. Devem-se proporcionar combinações financeiras (blending) e parcerias público-privadas (PPP) dentro de uma estrutura de “parceiro de ODS” para garantir que esses projetos respeitem as

29 Global Financial Integrity, <http://www.gfintegrity.org/issue/illicit-financial-flows/>.

melhores práticas internacionais e os princípios da eficácia de desenvolvimento acordados internacionalmente.

A crise de refugiados exige com urgência uma cooperação mais eficaz e inovadora na política de migração entre países de origem e destino: os custos de transferência dos significativos e crescentes fluxos financeiros representados por remessas precisam ser reduzidos, o que ajudaria as economias dos países em desenvolvimento.

2015, O ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO:
O COPO ESTÁ MEIO CHEIO OU MEIO VAZIO?

Os desafios decorrentes da crise financeira global, da desigualdade mundial em ascensão, do número crescente de catástrofes naturais devido à mudança climática e da quantidade cada vez maior de Estados falidos e frágeis que provocam uma onda histórica de refugiados definem o cenário para a formulação dos ODS. A luta contra a pobreza e a batalha por um desenvolvimento sustentável exigem soluções urgentes, uma parceria global com forte compromisso e dinheiro para financiá-los.

A Agenda de Ação adotada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Adis Abeba (AAAA), em 12 de julho de 2015, contém mais de cem medidas concretas, trata de todas as fontes de financiamento e abrange a cooperação numa série de questões, entre elas, tecnologia, ciência, inovação, comércio e capacitação.

O documento final contém medidas destinadas a ampliar a base de arrecadação, melhorar a cobrança de impostos e combater a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, entre elas a meta 16.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que obriga os Estados-Membros a “reduzir significativamente” os fluxos financeiros ilícitos até 2030. Desse modo, a agenda enfrenta alguns dos desafios mais importantes e urgentes.

Porém, a avaliação dos resultados de Adis Abeba pela sociedade civil³⁰ é muito mais fundamental:

30 Declaration from the Adis Ababa Civil Society Forum on Financing for Development, 12 de julho de 2015 (<https://csoforffd.files.wordpress.com/2015/07/Adis-ababa-cso-ffd-forum-declaration-12-july-2015.pdf>)

- Adis Abeba enfatiza a importância da tributação progressiva, mas fica aquém do compromisso da Revisão da Declaração de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento para tornar os sistemas fiscais “pró-pobres”.
- Foi rejeitada a reforma da tributação das empresas através da adoção da “declaração país por país” pública pelas empresas multinacionais e de registros públicos de usufruto. Essas propostas eram essenciais para introduzir a transparência e ajudar os cidadãos a tomar conhecimento de quanto as corporações multinacionais pagam em impostos ou onde elas obtêm seus lucros.
- A OCDE vai liderar a campanha contra os paraísos fiscais e fraudes tributárias, ao passo que a sociedade civil queria que uma organização das Nações Unidas assumisse essa posição, a fim de permitir que os países em desenvolvimento participassem da elaboração das políticas e normas.
- Adis Abeba não conseguiu resolver a questão do ônus ou reestruturação da “dívida” e não criou uma nova instituição de reestruturação da dívida e uma moldura jurídica multilateral sobre dívida soberana na ONU, como fora decidido pela Resolução 68/304 da Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Adis Abeba não aproveitou a oportunidade para reformar o sistema financeiro e econômico global. “Deveria ter sido um toque de alerta para reformular as próprias bases de um sistema financeiro e monetário internacional que não serve ao desenvolvimento e aos direitos sustentáveis.”³¹
- A sociedade civil viu em Adis Abeba a “oportunidade para definir a pauta de uma agenda ambiciosa e transformadora que enfrentará as injustiças estruturais do atual sistema econômico mundial, bem como assegurar que todo o financiamento do desenvolvimento seja centrado nas pessoas e proteja o meio ambiente”.³²

O cumprimento dos ODS exige um compromisso da ordem de trilhões de euros por ano. A sociedade civil considera que o projeto do documento final

31 Ibid.

32 Ibid.

“não está à altura dos desafios que o mundo enfrenta atualmente, nem contém a liderança, a ambição e as ações práticas que são necessárias”.³³

2015 ainda não acabou. Ainda há espaço de manobra e ação.

A Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável põe o trem de nosso futuro comum nos trilhos e vai na direção certa, mas se há suficiente energia e poder (vontade política) “sustentável” para fazê-lo chegar aos ODS, e não produzir apenas fumaça, só o futuro dirá.

33 Ibid.

BETTINA DE SOUZA GUILHERME · Professora Colaboradora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP).